



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR  
Gabinete do Procurador-Geral

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA PRESIDENTE DO  
EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**, pelo Procurador-Geral de Justiça Militar, no uso das atribuições previstas no art. 123 e art. 116, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/1993, e no art. 115 do Regimento Interno do Superior Tribunal Militar (RISTM), vem à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto no art. 142, § 3º, incisos VI e VII, da Constituição da República Federativa do Brasil, propor a presente

**REPRESENTAÇÃO PARA DECLARAÇÃO DE INDIGNIDADE PARA O  
OFICIALATO**

em desfavor de **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, Capitão Reformado do Exército Brasileiro, nascido em 21 de março de 1955, natural de Campinas/SP, filho de Percy Geraldo Bolsonaro e Olinda Bonturi Bolsonaro, inscrito no CPF sob o número 453.178.287-91, residente na quadra 2 do Condomínio Solar de Brasília, conjunto 5, lote 7, Jardim Botânico, Brasília/DF, CEP 71680-349, atualmente cumprindo pena privativa de liberdade no 19º Batalhão da Polícia Militar (PMDF), localizado no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília/DF, de acordo com os argumentos fáticos e jurídicos a seguir expostos:

**1. DA INTRODUÇÃO.**

1.1. O Capitão Reformado<sup>1</sup> do Exército Brasileiro **JAIR MESSIAS BOLSONARO** foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal, por decisão transitada em julgado (ANEXO4), nos autos da Ação Penal 2.668, às penas de 24 (vinte e quatro) anos e 9 (nove) meses de reclusão e 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de detenção, fixadas em razão do cometimento dos delitos de *Organização Criminosa armada* (art. 2º, *caput* e §§ 2º, 3º e 4º, inciso II, da Lei 12.850/2013), *Abolição violenta do Estado Democrático de Direito* (art. 359-L do Código Penal), *Golpe de Estado* (art. 359-M do Código Penal), *Dano qualificado* (art. 163, parágrafo único, do Código Penal) e *Deterioração de patrimônio tombado* (art. 62, inciso I, da Lei 9.605/1998).

1.2. Embora esta Representação e as outras quatro ajuizadas, nesta mesma data, contra os condenados na Ação Penal 2.668/STF, sejam marcadas pelo ineditismo quanto aos crimes que ensejaram as condenações que agora reclamam, por mandamento constitucional, o acionamento dessa egrégia Corte – que se tem debruçado, lamentável e mais corriqueiramente, nos últimos anos, sobre casos de peculato, estelionato e corrupção passiva –, são incontroversas, como se verá a seguir, a gravidade dos delitos cometidos e a violação dos preceitos éticos militares que os representados outrora juraram voluntariamente respeitar perante a Bandeira do Brasil, em intensidade que aponta para a declaração de indignidade e a consequente perda do posto e da patente que ostentam e da qual fizeram uso, nos termos do contido no Acórdão lavrado na citada Ação Penal, para cometer as infrações pelas quais foram sancionados.

1.3. E, quanto à legitimidade dos tipos penais de *Abolição violenta do Estado Democrático de Direito* e *Golpe de Estado*, como destacou a Ministra Cármen Lúcia, “*quatro dos réus*”<sup>2</sup>, dentre os quais o ora Representado, “*apuseram o seu*

---

1 Quanto à possibilidade de submissão de oficiais **reformados** ao julgamento ético, destacam-se, por todos os precedentes, as **RDIIO 0000151-80.2017.7.00.0000, 7000662-85.2019.7.00.0000, 7000710-44.2019.7.00.0000, 7001352-17.2019.7.00.0000, 7000218-76.2024.7.00.0000 e 7000225-68.2024.7.00.0000**. É da ementa do Acórdão proferido na RDIIO 7000662-85.2019.7.00.0000: “*Rejeita-se preliminar arguida pela Defesa referente à extinção do processo sem resolução do mérito, com lastro na aplicação do enunciado sumular nº 56 do STF (‘militar reformado não está sujeito à pena disciplinar’), uma vez que a perda do posto e da patente, como consectário da Representação para declaração de indignidade ou de incompatibilidade para com o oficialato não ostenta o status de pena disciplinar. Avaliam-se tão somente aspectos morais e éticos atinentes à carreira do Oficial das Forças Armadas. Em nenhuma hipótese, o fato de o militar não mais se encontrar no serviço ativo constitui empecilho para sua desvinculação das Forças Armadas, do contrário estar-se-ia chancelando a impunidade. Precedente do STM. Unânime”.*

2 *Jair Messias Bolsonaro, Anderson Gustavo Torres, Walter Souza Braga Netto e Augusto Heleno Ribeiro Pereira.*

*autógrafo na Proposta de Lei convertida na Lei n. 14.197, de 1º de setembro de 2021*” (p. 1.393 do Acórdão<sup>3</sup>), ou seja, justamente quando se iniciavam as ações delitivas, ou, mais precisamente, uma semana antes de **JAIR MESSIAS BOLSONARO** bradar, no dia da Independência do Brasil, que só deixaria o poder *“preso, morto ou com vitória”*, com o complemento de que *“nunca”* seria *“preso”*.

## **2. DA SÍNTESE DOS FATOS DELITUOSOS, CONFORME O ACÓRDÃO PROFERIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO PENAL 2.668.**

**2.1.** É do decreto condenatório da 1ª Turma da Suprema Corte brasileira, proferido nos autos da Ação Penal 2.668, da relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, que o ora Representado **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, na condição de Presidente da República, liderou uma organização criminosa, de julho de 2021 a 8 de janeiro de 2023, com o objetivo de *“impedir e restringir o pleno exercício dos poderes constituídos, bem como, tentar impedir a posse ou depor o governo legitimamente eleito em outubro de 2022”* (p. 237 do Acórdão).

**2.2.** Para tanto, valeu-se da contribuição dos então ocupantes de cargos estratégicos na estrutura do Poder Executivo Federal, como o Ministro da Defesa (MD), General-de-Exército **PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA**, o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra **ALMIR GARNIER SANTOS**, o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, General-de-Exército **AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA**, o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Informações (ABIN), **ALEXANDRE RODRIGUES RAMAGEM**, e o Ministro da Justiça e Segurança Pública, **ANDERSON GUSTAVO TORRES**, além do ex-Ministro-Chefe da Casa Civil e ex-Ministro da Defesa General-de-Exército **WALTER SOUZA BRAGA NETTO**, que, em momento posterior, passou à condição de candidato a Vice-Presidente da chapa eleitoral do ora Representado.

**2.3.** Utilizando-se da estrutura do Estado brasileiro *“para se reunir, de modo permanente e estável, com a intenção de permanecer no poder, contando com a expertise de táticas militares”* (p. 238 do Acórdão), os réus adotaram uma série de ações de ataque às Instituições, especialmente o Poder Judiciário, para desacreditar-lhe perante parcela da sociedade e para pôr em dúvida *“a lisura das urnas eletrônicas e do próprio pleito eleitoral, com o claro e ostensivo objetivo de deslegitimar as*

---

<sup>3</sup> ANEXO2 e ANEXO3.

*eleições de 2022 e, conseqüentemente, preparar os argumentos e instrumentos necessários para um futuro Golpe de Estado, caso [o Representado] não obtivesse a vitória eleitoral em outubro de 2022”* (p. 239 do Acórdão).

**2.4.** Os atos delituosos iniciaram-se em julho de 2021, com a utilização da ABIN e do GSI *“para a construção e divulgação (...) de uma falsa e ilícita versão sobre vulnerabilidade das urnas eletrônicas e falta de legitimidade da Justiça Federal, com a finalidade de gerar instabilidade institucional e caos social”* (p. 239 do Acórdão).

**2.5.** Com a derrota nas urnas, as ações violentas e com grave ameaça voltaram-se para a tentativa de evitar a diplomação dos eleitos e, mais adiante, para sua retirada do poder após a posse, que se materializou nos *“violentíssimos atos criminosos de 8 de janeiro de 2023”* (p. 240 do Acórdão).

### **3. DO DETALHAMENTO DAS AÇÕES DO ORA REPRESENTADO JAIR MESSIAS BOLSONARO E DOS DEMAIS INTEGRANTES DA ORGANIZAÇÃO, CONSOANTE O ACÓRDÃO PROFERIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO PENAL 2.668.**

**3.1.** Sob a liderança do ora Representado **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, a estrutura da ABIN foi usada para fins ilícitos durante a gestão de **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES**, desenvolvendo-se a chamada “ABIN Paralela”, a qual funcionou como célula clandestina para monitorar ilegalmente quatro Ministros da Suprema Corte (Ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso), congressistas, o então Governador de São Paulo, João Doria, além de jornalistas e servidores do IBAMA e da Receita Federal do Brasil, tudo em cumprimento das ordens do ora Representado.

**3.2.** O então gestor da ABIN, por meio daquela *“central de contrainteligência da estrutura criminosa”* (p. 267 do Acórdão), passou a organizar e a direcionar mensagens que vieram a ser difundidas pelo ora Representado, por meio de narrativas que continham argumentos infundados quanto à higidez das urnas eletrônicas, em claras ações com viés político e contrárias aos limites do Estado Democrático de Direito.

**3.3.** Os documentos e anotações de autoria do General-de-Exército **AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA** e de **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES** são convergentes e serviram de suporte para respaldar o discurso falso de fraude nas urnas eletrônicas, difundido pelo ora Representado em *live* realizada no dia 29 de julho de 2021, a demonstrar *“atuação coordenada com o líder da organização criminosa”* (p. 293 do Acórdão), o qual teve a intenção *“de difundir mensagens enganosas e criminosas”* (p. 297 do Acórdão) naquela transmissão, *“com a finalidade de criar instabilidade institucional e caos social”* (p. 305 do Acórdão).

**3.4.** Na companhia do General-de-Exército **AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA** e de **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES**, e com um cartaz ao fundo do qual constava a expressão *“VOTO IMPRESSO AUDITÁVEL”* (p. 311 do Acórdão), o ora Representado **JAIR MESSIAS BOLSONARO** suscitou falsa narrativa de existência de indícios de fraude nas eleições de 2018, com o intuito de *“descredibilizar o sistema eletrônico de votação para a opinião pública”* (p. 311 do Acórdão), além de dirigir acusações contra o Ministro Luís Roberto Barroso, então presidente do TSE, e proferir ameaças ao Poder Judiciário ao mencionar *“possível ‘intervenção militar’, seja com a ‘Abolição do Estado de Direito’, seja com o ‘Golpe de Estado’, caso fossem destituídos do exercício do poder”* (p. 317 do Acórdão).

**3.5.** Já em 3 de agosto de 2021, o ora Representado concedeu entrevista para a imprensa, ocasião em que proferiu ameaça ao então presidente do TSE, afirmando que não participaria de *“uma farsa como essa patrocinada pelo Tribunal Superior Eleitoral”*, *“deixando claro que seria o ‘último recado’ para a Justiça eleitoral submeter-se aos seus comandos”*. Enfatizou, outrossim: *“Só saio preso, morto ou com a vitória. Quero dizer aos canalhas que eu nunca serei preso”* (p. 318 do Acórdão, destaques no original).

**3.6.** E, em 4 de agosto de 2021, **JAIR MESSIAS BOLSONARO** realizou outra *live*, desta vez no canal da Jovem Pan no YouTube, em programa intitulado *“Os Pingos nos Is”*, quando novamente atacou o TSE com acusações de destruir e ocultar provas, *“chamando de mentiroso Ministro deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL”* (p. 319 do Acórdão).

**3.7.** Um mês depois, durante a celebração da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 2021, o ora Representado, mais uma vez, ameaçou impedir ou restringir o livre e independente funcionamento do Poder Judiciário, dizendo que não mais cumpriria as decisões da Suprema Corte, e afirmou categoricamente que somente sairia do poder **“preso, morto ou com vitória. Quero dizer aos canalhas que eu nunca serei preso”** (p. 322 do Acórdão, destaque no original), a reforçar que o projeto golpista já estava em execução, sob sua liderança.

**3.8.** Prosseguindo nas ações delituosas, no dia 5 de julho de 2022, **JAIR MESSIAS BOLSONARO** realizou reunião oficial com os seus Ministros de Estado e demais autoridades de Governo (estavam presentes **ANDERSON GUSTAVO TORRES**, General-de-Exército **AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA**, General-de-Exército **PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA**, **MÁRIO FERNANDES**, **MAURO CESAR BARBOSA CID** e os Comandantes das Forças Armadas, além do General-de-Exército **WALTER SOUZA BRAGA NETTO**, então candidato a Vice-Presidente, mas que não ocupava cargo público algum naquele momento), durante a qual determinou a todos os presentes que propagassem o discurso sobre fraude nas urnas eletrônicas, *“afirmando que todos os presentes poderiam sofrer consequências, caso não obtivesse a vitória nas eleições”* (p. 325 do Acórdão), de maneira que deixou claro que seu *“único objetivo”* era *“a manutenção no poder a qualquer custo”* (p. 326 do Acórdão).

**3.9.** Ainda naquela reunião, o ora Representado fez infundadas insinuações de práticas corruptivas por parte dos Ministros do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, pronunciando-se posteriormente, em seu interrogatório judicial, no sentido de que não tinha nenhum indício quanto ao que alegou a esse respeito.

**3.10.** Além disso, ainda *“introduziu proposta aos Ministros de Estado para que os órgãos do Governo Federal integrantes da Comissão de Transparência Eleitoral elaborassem um documento sobre a impossibilidade de se atingir a garantia de lisura nas eleições naquele momento”* (p. 339 do Acórdão, destaque no original).

**3.11.** Conforme anunciou naquela reunião, **JAIR MESSIAS BOLSONARO** reuniu-se, em 18 de julho de 2022, no Palácio da Alvorada, com representantes diplomáticos de vários países, em evento transmitido ao vivo pelo sistema de televisionamento federal e amplamente divulgado em redes sociais. Naquela ocasião, abordou novamente a ausência de confiança nas urnas eletrônicas e no processo do TSE, promoveu declarações contra as instituições democráticas brasileiras, criticou e atacou Ministros da Suprema Corte e afirmou que as eleições de 2022 seriam ilegítimas, tudo a induzir *“não só o eleitor brasileiro, mas também a comunidade internacional, à falsa percepção de desconfiança nas urnas eletrônicas, por meio da difusão de mentira, no intuito de gerar tensão institucional, deslegitimar o Poder Judiciário e a própria Democracia e, conseqüentemente, justificar a quebra da normalidade constitucional, com o início de uma Ditadura amparada por ‘intervenção militar’, caso houvesse a derrota nas urnas”* (p. 348 do Acórdão).

**3.12.** A respeito desse episódio, o ora Representado foi sancionado pelo TSE, ao julgar a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) 0600814-85.2022.6.00.0000:

41. No caso da pessoa ocupante do cargo de Presidente da República, o padrão de conduta democrática a ser observado é integrado pela responsabilidade pessoal por zelar pelo livre exercício dos demais Poderes, pelo exercício dos direitos políticos e pela segurança interna do país (art. 85, II, III e IV, da Constituição).

(...)

46. No discurso proferido em 18/07/2022, o primeiro investigado, de forma expressa, declarou falsamente que as Eleições 2018 foram marcadas pela manipulação de votos, que havia risco de que o fato se repetisse em 2022 e que era interesse do TSE manter um sistema sujeito a fraudes e inaudível, a fim de permitir a adulteração do resultado em favor de candidato adversário. Houve, ainda, expresso desencorajamento ao envio de missões de observação internacional e hiperdimensionamento da participação das Forças Armadas para integrar Comissão de Transparência do TSE.

(...)

50. No ponto possivelmente de maior tensionamento do discurso, o então Presidente da República, em leitura distorcida de sua competência privativa para “exercer o comando supremo das Forças Armadas” (art. 84, XIII, da Constituição), enxerga-se como militar em exercício, à frente das tropas. A abordagem desconsidera uma conquista democrática, de incomensurável importância simbólica no pós-ditadura, que é a sujeição do poderio militar brasileiro a uma máxima autoridade civil democraticamente eleita.

51. O discurso, em diversos momentos, insinua uma perturbadora interpretação das ideias de “autoridade suprema do Presidente da República”, “defesa da Pátria” e “garantia da lei e da ordem” (art. 142 da Constituição). Com base nelas, o primeiro investigado adota a narrativa de

que as Forças Armadas estavam comprometidas com a missão de debelar uma “farsa” que estaria sendo gestada no TSE. Essa visão se mostrou impermeável a qualquer argumento técnico ou decisão negocial do Tribunal que embasou o não acolhimento pontual de sugestões na Comissão de Transparência.

(...)

72.2 a análise integral do discurso proferido pelo primeiro investigado em 18/07/2022 no Palácio da Alvorada demonstra que foi disseminada severa desordem informacional a respeito do sistema eletrônico de votação e graves ataques a Ministros do TSE, com vistas a abalar a confiabilidade na governança eleitoral brasileira;

(p. 346/348 do Acórdão).

**3.13.** Não satisfeitos com tais ações, os integrantes da organização liderada pelo ora Representado buscaram ainda valer-se da Polícia Rodoviária Federal para dificultar a participação de parcela do eleitorado de seu adversário político, Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições presidenciais de 2022, em ação cujo objetivo era de *“interferir no resultado eleitoral e no próprio direito ao voto a ser exercido pelos cidadãos brasileiros”* (p. 355 do Acórdão).

**3.14.** Para tanto, foi determinada, logo após o primeiro turno daquelas eleições, a coleta de dados sobre os locais em que Luiz Inácio Lula da Silva obteve votação expressiva (mais de 75% dos votos), para então direcionar e orientar as ações de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal no segundo turno das eleições justamente naqueles locais.

**3.15.** Assim, *“a Polícia Rodoviária Federal concentrou o maior número de policiais na região Nordeste no segundo turno das eleições de 2022, com o maior número de postos fixos de fiscalização e o maior número de ônibus fiscalizados e retidos”,* em verdadeiro *“policiamento direcionado”,* tudo *“com o objetivo de obstruir o pleito eleitoral e garantir a eleição do réu JAIR MESSIAS BOLSONARO e impedir com que possíveis eleitores do candidato adversário conseguissem chegar ao local de votação, mesmo havendo determinação expressa do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL proibindo essa operação”* (p. 354/355 do Acórdão).

**3.16.** Após a reunião de 5 de julho de 2022, o ora Representado determinou que o então Ministro da Defesa, General-de-Exército **PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA**, *“produzisse um relatório de fiscalização do Sistema Eletrônico de Votação, com a finalidade de ‘comprovar’ a vulnerabilidade do sistema*

*eleitoral, a possibilidade de fraudes nas eleições, para, desacreditando a Justiça Eleitoral, deslegitimar eventual resultado adverso no pleito eleitoral”* (p. 356 do Acórdão). Aquele relatório deveria ser produzido pelas Forças Armadas, em razão de estas integrarem, à época, a Comissão de Transparência Eleitoral.

**3.17.** Contudo, o relatório demorou a ser divulgado em razão de ordem emitida pelo ora Representado, porque não se conformou com a conclusão da Comissão de Transparência Eleitoral, no sentido da inexistência de irregularidade ou fraude nas urnas eletrônicas após o primeiro turno das eleições. O retardamento tinha *“o objetivo de aumentar a instabilidade institucional e tensão social, para fornecer as condições políticas e sociais que a organização criminosa entendi[a] necessárias para a ruptura contra o Estado Democrático de Direito, e consumação de um Golpe de Estado no caso de derrota eleitoral, uma vez que os integrantes da organização criminosa tinham plena ciência da ausência de irregularidade nas eleições”* (p. 361 do Acórdão).

**3.18.** Assim, somente em 9 de novembro de 2022, sem que fosse alterada a conclusão do aludido relatório, o Ministério da Defesa o divulgou, reconhecendo a *“integridade do sistema eletrônico de votação”* (p. 365 do Acórdão).

**3.19.** Entretanto, no dia seguinte, o então Ministro da Defesa, General-de-Exército **PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA**, *“orientado por JAIR MESSIAS BOLSONARO”* (p. 369 do Acórdão), emitiu nova nota oficial por meio da qual registrou que, *“embora [o relatório] não tenha apontado, também não excluiu a possibilidade da existência de fraude ou inconsistência nas urnas eletrônicas e no processo eleitoral de 2022”* (p. 367 do Acórdão), com o objetivo *“de manter em pleno andamento a versão mentirosa de vulnerabilidade das urnas eletrônicas, para desacreditar a Justiça Eleitoral e deslegitimar o resultado das eleições”* (p. 366 do Acórdão).

**3.20.** Proclamado o resultado da eleição presidencial de 2022, por todo o País passaram a ocorrer ações coordenadas para o bloqueio de rodovias e vias públicas, em *“abuso (...) do direito de reunião”*, o qual foi *“direcionado, ilícita e criminosamente, para propagar o descumprimento e desrespeito ao resultado do pleito*

*eleitoral*” (p. 372 do Acórdão). Isso motivou a adoção de medidas pelo STF para o restabelecimento da ordem, especialmente as determinadas na ADPF 519.

**3.21.** As manifestações escalaram para protestos violentos em Brasília/DF, no dia da diplomação dos eleitos, em 12 de dezembro de 2022, e para a alocação de artefato explosivo junto a um caminhão-tanque nas proximidades do aeroporto da Capital Federal, em 24 de dezembro de 2022, concomitantemente à ocupação de áreas em frente a quartéis do Exército, em diversas cidades brasileiras, por pessoas que pediam *“uma ‘intervenção militar’ e o afastamento das autoridades democraticamente eleitas”, “principalmente o acampamento em Brasília/DF, **com total apoio e complacência** da organização criminosa liderada pelo réu JAIR MESSIAS BOLSONARO, então Presidente da República”* (p. 381 do Acórdão, destacou-se).

**3.22.** Ainda sobre os acampamentos, ora Representado *“**determinou a divulgação de uma nota oficial a favor da ‘liberdade de expressão’ também com o objetivo de manter seus apoiadores motivados**”* (p. 393 do Acórdão, destaque no original).

**3.23.** Dez dias depois, reiniciaram-se as ações de monitoramento de autoridades, especialmente do Ministro do STF Alexandre de Moraes, para a execução do plano “Punhal Verde Amarelo”, com o objetivo de tentar *“impedir o regular e constitucional exercício do Poder Judiciário”* (p. 396 do Acórdão).

**3.24.** E, em 22 de novembro de 2022, o Partido Liberal, pelo qual **JAIR MESSIAS BOLSONARO** disputou o pleito eleitoral de 2022, *“apresentou representação eleitoral para verificação extraordinária das eleições”* (p. 397 do Acórdão), instruindo-a com *“relatório sabidamente falso”* (p. 400 do Acórdão).

**3.25.** Cerca de uma semana depois, mais precisamente em 28 de novembro de 2022, houve uma reunião de militares integrantes das Forças Especiais do Exército, coloquialmente denominados *Kids Pretos*, em Brasília/DF, *“para desenvolver estratégias para realizar pressão sobre os Comandantes com o objetivo de assegurar o êxito da empreitada delitiva”* (p. 400 do Acórdão). Dessa reunião,

surgiu a denominada “*Carta ao Comandante do Exército de Oficiais Superiores da Ativa do Exército Brasileiro*” (p. 401/402 do Acórdão)<sup>4</sup>.

**3.26.** Já o “Punhal Verde Amarelo”, materializado em documento armazenado em dispositivo eletrônico vinculado ao General **MÁRIO FERNANDES**, consistia na “neutralização” do Ministro Alexandre de Moraes e dos candidatos eleitos Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, o que se daria por ações de “*pelo menos seis militares*” com formação nas Forças Especiais do Exército Brasileiro, estruturadas na denominada “*Operação Copa 2022*” (p. 409 do Acórdão).

**3.27.** Foi nesse contexto que dois dos militares das Forças Especiais, **RAFAEL MARTINS DE OLIVEIRA** e **HÉLIO FERREIRA LIMA**, procuraram **MAURO CÉSAR BARBOSA CID** para que “algo” fosse feito “*para que causassem um caos e com isso conseguissem a decretação do estado de defesa ou estado de sítio*” (p. 411 do Acórdão), o que culminou na reunião desses militares com o General-de-Exército **WALTER SOUZA BRAGA NETTO**, em sua residência, em 12 de novembro de 2022.

**3.28.** O conhecimento e a anuência do ora Representado **JAIR MESSIAS BOLSONARO** sobre o plano de “neutralização” de autoridades “*foi corroborado pelo áudio enviado pelo próprio General MÁRIO FERNANDES ao réu colaborador MAURO CÉSAR BARBOSA CID*” (p. 415 do Acórdão) e pela “*impressão do documento pelo General MÁRIO FERNANDES*”, no mesmo dia em que visitou o réu **JAIR MESSIAS BOLSONARO** no Palácio da Alvorada” (p. 416 do Acórdão).

**3.29.** Embora a operação tenha sido cancelada mais à frente, em 15 de dezembro de 2022, isso “*coincidiu com a não adesão do Comandante Freire Gomes e do alto escalão do Exército Brasileiro à empreitada delitiva*” (p. 422 do Acórdão). O monitoramento do Ministro Alexandre de Moraes, por “solicitação” do ora Representado, como relatado pelo réu colaborador, contudo, não cessou naquele momento.

**3.30.** Apurou-se que, nessa mesma época, também era levada adiante a denominada “Operação Luneta”, materializada em documento que “*detalhava as*

---

<sup>4</sup> Houve a instauração do **IPM 7000211-45.2024.7.11.0011/DF** a esse respeito, o qual foi remetido à Suprema Corte por declínio de competência em 8 de janeiro de 2025.

<sup>5</sup> Segundo o Acórdão, “*Em 6/12/2022, às 18h09, no Palácio do Planalto, foram impressas três cópias do plano ‘Punhal Verde Amarelo’ pelo réu MÁRIO FERNANDES*” (p. 417 do Acórdão).

*fases de execução de um Golpe de Estado, contendo avaliação de fatores estratégicos de planejamento” (p. 427 do Acórdão), sendo certa, igualmente, a apreensão de “texto impresso sobre declaração de ‘Estado de sítio’ e decretação de ‘Operação de Garantia da Lei e da Ordem’ (...) na sala do réu JAIR MESSIAS BOLSONARO também na sede do Partido Liberal (PL)” (p. 430 do Acórdão).*

**3.31.** Foi também nesse contexto que do ora Representado ecebeu de **FILIFE GARCIA MARTINS PEREIRA**, em 6 de dezembro de 2022, *“uma minuta de decreto de Golpe de Estado, com um detalhamento de diversos ‘considerandos’ com supostos fundamentos das ações a serem executadas e ressaltando interferências do Poder Judiciário no Poder Executivo, prevendo a decretação de novas eleições”* (p. 435 do Acórdão), além da *“prisão de autoridades públicas brasileiras, inclusive Ministros deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e o Presidente do Senado Federal”* (p. 436 do Acórdão).

**3.32.** O texto do decreto foi debatido em reunião de **JAIR MESSIAS BOLSONARO** com o Ministro da Defesa e com os Comandantes das Forças Armadas, realizada em 7 de dezembro de 2022, no Palácio da Alvorada, e em uma segunda, realizada pelo Ministro da Defesa com os Comandantes das três Forças, em seu gabinete, em 14 de dezembro de 2022, além de ter sido ajustado pelo ora Representado, para prever apenas a prisão do Ministro Alexandre de Moraes e a realização de novas eleições presidenciais, de modo a *“atingirmos, aqui, um objetivo que não tínhamos atingido no TSE”* (p. 459 do Acórdão), nas próprias palavras do então Presidente da República.

**3.33.** Foi nesse contexto, inclusive, que o Almirante-de-Esquadra **ALMIR GARNIER SANTOS**, então Comandante da Marinha do Brasil, se colocou *“à disposição para executar as ordens ilícitas voltadas à ruptura do Estado Democrático de Direito”* (p. 469 do Acórdão), em razão do que foi *“enaltecido e retratado com a atitude de um verdadeiro patriota”* (p. 485/486 do Acórdão), a partir de orientação do General-de-Exército **WALTER SOUZA BRAGA NETTO**, que, por outro lado, incitava ataque ao Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Júnior, então Comandante da Aeronáutica, por ter-se negado a aderir à trama golpista.

**3.34.** Todas essas ações desaguaram no dia 8 de janeiro de 2023, quando, contando com a *“clara omissão de altos funcionários da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal”* (p. 495 do Acórdão), os *“apoiadores de JAIR MESSIAS BOLSONARO”*, grande parcela advinda dos acampamentos e, especialmente, do acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília/DF, com quem a organização chefiada pelo ora Representado **JAIR MESSIAS BOLSONARO** mantinha *“forte vínculo”*, *“avançaram em direção à Praça dos Três Poderes”* (p. 492 do Acórdão) e invadiram o Palácio do Planalto, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal, valendo-se de violência a pessoas, grave ameaça e, inclusive, do uso de substância inflamável, vindo a destruir, inutilizar e deteriorar o patrimônio da União, inclusive tombado, o que resultou em prejuízo de mais de R\$ 20 milhões, *“com a intenção de impor regime de governo alternativo e depor governo legitimamente eleito, com a destruição violenta do Estado Democrático de Direito”* (p. 492 do Acórdão).

**3.35.** Enfim, foi o ora Representado **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, contando com todas as ações dos corréus, *“quem ensejou que as manifestações violentas tivessem lugar no dia 8 de janeiro de 2023”* (p. 689 do Acórdão).

**3.36.** Nos termos historiados na Ação Penal nº 2.668/STF:

A atuação efetiva e a prática de atos executórios pela organização criminosa iniciaram-se com a utilização de órgãos públicos, em um primeiro momento ABIN e GSI, para a construção e divulgação – apoiando-se, inclusive, em suas ‘milícias digitais’ - de uma falsa e ilícita versão sobre vulnerabilidade das urnas eletrônicas e falta de legitimidade da Justiça Eleitoral, com a finalidade de gerar instabilidade institucional e caos social, criando uma futura situação no País que possibilitasse, a restrição do pleno exercício do Poder Judiciário, seja até o período eleitoral, seja em uma eventual continuidade de governo – em caso de vitória nas eleições – ou a decretação de um golpe de Estado, caso o resultado eleitoral fosse desfavorável, com o encerramento do Estado Democrático de Direito conquistado plenamente pelo Brasil pela Constituição de 1988.

A organização criminosa, portanto, **desde início de julho de 2021, iniciou uma sequência de atos executórios que consumaram a prática dos delitos de organização criminosa (art. 2<sup>a</sup>, caput, §§ 2<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup>, II, da Lei nº 12.850/2013) e abolição violenta do Estado Democrático de Direito (CP, art. 359-L)**, mantendo-os de maneira permanente, pois, com uma sequência de atos executórios, os réus tentaram, com emprego de grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais, em especial, do Poder Judiciário brasileiro, com o claro intuito de manutenção de seu grupo político no Poder.

Essa mesma estrutura criminosa foi utilizada, após a derrota das eleições de 2022, para praticar o crime de **GOLPE DE ESTADO, previsto no**

**artigo 359-M** do Código Penal, mediante diversos atos executórios voltados a “tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído”, seja impedindo que houvesse a diplomação e posse do Presidente e Vice-Presidentes eleitos, no denominado Autogolpe, seja retirando-os do poder após a posse em verdadeiro “Golpe de Estado”, no que culminou com os violentíssimos atos criminosos de 8 de janeiro de 2023, que, inclusive tipificaram os **delitos de dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima (CP, art. 163, parágrafo único, I, III e IV) e deterioração de patrimônio tombado (art. 62, I, da Lei nº 9.605/1988).**

*(p. 239/240 do Acórdão, destaques no original).*

#### **4. DA VIOLAÇÃO DOS PRECEITOS ÉTICOS PELO ORA REPRESENTADO JAIR MESSIAS BOLSONARO, EM RAZÃO DA PRÁTICA DAS CONDUTAS NARRADAS NO ACÓRDÃO PROFERIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO PENAL 2.668.**

**4.1.** Como registrou a Presidente desse egrégio Tribunal Superior, a Ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha:

*(...) o julgamento da Representação para Declaração de Indignidade/Incompatibilidade para com o Oficialato possui o condão de aferir requisitos morais, não cabendo a esta Corte Superior emitir qualquer juízo de valor acerca do acerto ou desacerto da condenação imposta ao representado, bem como verificar vícios nela porventura existentes.*

*Nesta análise, compete, exclusivamente, verificar se a natureza do crime cometido conduz ao reconhecimento da indignidade ou da incompatibilidade para com o Oficialato, visto que tal prerrogativa está umbilicalmente ligada aos aspectos morais e éticos elencados no Estatuto dos Militares.*

*(RDIIO 7000225-68.2024.7.00.0000, j. 13/02/2025).*

**4.2.** Ou, como apontou o Ministro Péricles Aurélio Lima de Queiroz: *O que se busca, na RDIIOF, não é verificar a proporcionalidade, a suficiência, a necessidade ou qualquer outro aspecto da sanção penal, mas sim perquirir se a conduta do Representado maculou o estatuto ético da Instituição Castrense em tal medida que a sua permanência, nos quadros da Força Singular, seja capaz de comprometer os princípios da disciplina e da hierarquia.* (RDIIO 7000401-81.2023.7.00.0000, j. 05/08/202).

**4.3.** Assim, importa, neste momento, valorar as ações pelas quais o ora Representado **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, Capitão Reformado do Exército Brasileiro, foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Penal nº 2.668, e, à luz do Estatuto dos Militares, verificar se houve ou não violação dos

preceitos éticos que devem nortear a conduta de todos os integrantes da Instituição Castrense.

**4.4.** Isto é, nas palavras do Ministro General-de-Exército Marco Antônio de Farias, ao relatar o Conselho de Justificação nº 0000053-32.2016.7.00.0000 (procedimento que igualmente tem por finalidade aferir a indignidade ou incompatibilidade do justificante para com o Oficialato), cumpre neste momento buscar *“a depuração dos recursos humanos da Força”*, por meio do *“incentivo às boas condutas que se adéquam à moral e à ética”* e da *“valorização da qualidade e dos atributos que sustentam a credibilidade das nossas Instituições armadas”*.

**4.5.** E o juízo que se espera dessa colenda Corte, no exercício de seu múnus previsto no art. 142, § 3º, VI e VII, da Constituição da República, é positivo.

**4.6.** Como destacou o Ministro Flávio Dino, *“Ao tomar posse em 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro comprometeu-se, nos termos do art. 78 da Constituição, a manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem do povo, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. Assim, como chefe supremo das Forças Armadas, incumbia-lhe o dever de impedir qualquer conduta voltada a abolir o Estado democrático de direito ou a tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído”* (p. 689 do Acórdão).

**4.7.** Contudo, não teve pudor para, valendo-se de estruturas do Estado, inclusive armadas, voltar-se, ao menos por um ano e meio, e através de grave ameaça e violência, contra o funcionamento regular dos poderes constitucionais e contra o governo democraticamente eleito, *“criando”, “nas Forças Armadas e entre seus apoiadores”, “um sentimento golpista que estaria legitimado por sua insistência em não acatar o resultado das eleições”* (p. 687 do Acórdão).

**4.8.** Isso porque, *“[d]e forma inédita, demorou a aceitar o resultado das eleições e, em algumas entrevistas, alimentou entre seus seguidores a crença de que o desfecho ainda poderia ser revertido”* (p. 687 do Acórdão).

**4.9.** Em rigor, *“[a] responsabilidade de Presidente da República impunha-lhe reconhecer o resultado das eleições”*, competindo-lhe, assim,

*“desmobilizar os acampamentos nos quartéis”, “promover a paz e assegurar a estabilidade, mas preferiu instigar o caos” (p. 687 do Acórdão).*

**4.10.** Preferiu, porém, o caminho da tentativa de um golpe de Estado, que *“não apenas suprime governos, mas aniquila pessoas, silencia vozes e destrói instituições”* e constitui, *“em última instância, uma tentativa de suprimir a dignidade humana e reabrir as portas da barbárie”* (p. 636 do Acórdão).

**4.11.** Além disso, optou por trilhá-lo com base na *“manifestação falsa”* e na *“desinformação deliberada”*, que não se inserem *“no âmbito da liberdade de expressão”, “máxime [quando declaradas] com escopo de insuflar a população contra o livre exercício de um dos Poderes da Federação, notadamente aquele que exerce importante função contramajoritária, na defesa de direitos fundamentais de minorias”*, como enfatizou o Ministro Cristiano Zanin (p. 1.717 do Acórdão, destaques no original).

**4.12.** Como salientou o Ministro General-de-Exército Haroldo Erichsen da Fonseca, ao julgar o então Capitão da ativa do Exército **JAIR MESSIAS BOLSONARO** culpado das imputações que sobre ele recaíram no Conselho de Justificação 129-9 (DF), ainda que em voto vencido, proferido em 16 de junho de 1988, *“[a] mentira é, realmente, a primeira das transgressões disciplinares (Anexo I do Regulamento Disciplinar do Exército)”*, e, bem por isso, em leitura oposta, *“o primeiro item, do art. 28 do Estatuto dos Militares, no Capítulo que trata da Ética Militar”*, de cujo comando o ora Representado se afastou por toda a empreitada narrada nos autos da Ação Penal nº 2.668/STF:

**Art. 28.** O sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes das Forças Armadas, conduta moral e profissional irrepreensíveis, com a observância dos seguintes preceitos de ética militar:

I – amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal;

**4.13.** Não o bastante, assim o fez, lamentavelmente, *“em sucessivos eventos”, “ao lado de generais, que silenciosamente conferiam seu aval aos arroubos performáticos”* (p. 1718 do Acórdão), dentro de *“uma estratégia de ‘corrosão progressiva da confiança pública nas instituições democráticas”* (p. 1798 do Acórdão),

com “*ultimatos, imposições, insultos e impropérios, desavindos do ambiente político e confinados ao democraticamente inaceitável ‘vale-tudo’*” (p. 1799 do Acórdão).

**4.14.** Sem muito esforço, portanto, nota-se o descaso do ora Representado **JAIR MESSIAS BOLSONARO** para com os preceitos éticos mais básicos previstos no art. 28 da Lei 6.880/1980, para além do primeiro deles, acima destacado, como:

**a)** o dever de “*probidade*” (inciso II) e o de “*proceder de maneira ilibada na vida pública*” (inciso XIII), por constituir e chefiar uma organização, com autoridades do Estado brasileiro, e valer-se da estrutura pública para alcançar objetivos inconstitucionais;

**b)** o respeito à “*dignidade da pessoa humana*” (inciso III), por tentar conduzir o País a um novo período de exceção democrática, que é qualquer coisa menos a busca de realização desse princípio fundante da República Federativa do Brasil;

**c)** o cumprimento das “*leis*” e das “*ordens das autoridades competentes*” (inciso IV), pois reiteradamente conchavava com os demais integrantes da organização o descumprimento da Constituição, que solenemente jurou defender, e dos comandos judiciais provindos da Suprema Corte e do Tribunal Superior Eleitoral;

**d)** o zelo pelo preparo “*moral*” próprio (inciso VI), porque, também à luz da expectativa de um comportamento tido como correto, com base em princípios de honestidade e virtude, a conduta do ora Representado espelha um estado de imoralidade;

**e)** a prática da “*camaradagem*” e do “*espírito de cooperação*” (inciso VIII), tendo em vista que a organização que liderava ocupou-se também de promover ataques a “*militares que não endossavam o movimento golpista*”, com o “*objetivo de associá-los à figura de traidores da pátria, suscetibilizando-os até a ações violentas dos apoiadores do golpe*” (p. 767/768 do Acórdão);

**f)** a discrição “*em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada*” (inciso IX) e a observância das “*normas de boa educação*” (inciso XIV), tendo

preferido chamar membros de outro Poder de “canalhas” enquanto esbravejava ameaças e discursos de ódio ou mesmo insinuar, em reunião ministerial gravada, a prática de corrupção por Ministros da Suprema Corte (p. 328 do Acórdão), para, mais adiante, em seu interrogatório judicial, dizer que “*Não tem indício nenhum*” (p. 330 do Acórdão);

**g)** o acatamento das “*autoridades civis*” (inciso XI), porque a organização liderada pelo ora Representado buscava inverter a lógica constitucional da submissão do poder militar ao poder civil; e

**h)** o cumprimento de “*seus deveres de cidadão*” (inciso XII), dentre os quais se destacam o de respeitar a Constituição, as leis e o resultado das eleições.

**4.15.** Mais: em vez de agir com “*dedicação*” e “*fidelidade à Pátria*”, como manda o inciso I do art. 31 do Estatuto dos Militares, organizou um golpe contra suas instituições, afastando-se, na sua jornada delituosa, da “*probidade e da lealdade*” (inciso III) e da “*disciplina*” (inciso IV) e buscando, a todo custo, contornar o “*rigoroso cumprimento das obrigações e das ordens*”, especialmente as emanadas do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral.

**4.16.** Embora já na inatividade<sup>6</sup>, mas ainda ostentando a patente de Capitão do Exército Brasileiro, o ora Representado deixou de “*conduzir-se, mesmo fora do serviço ou quando já na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro militar*” (inciso XVI), e, igualmente, deixou de zelar “*pelo bom nome das Forças Armadas e de cada um de seus integrantes*”, afastando-se, durante parcela relevante do seu mandato de Presidente da República, da obediência “*aos preceitos da ética militar*” (inciso XIX).

## **5. DA CONCLUSÃO**

**5.1.** O Código Penal Militar dispõe, em seu art. 98, que são penas acessórias, entre outras, a perda de posto e patente (inciso I) e a indignidade para o oficialato (inciso II), acrescentando, em seu art. 99, que a perda de posto e patente resulta da condenação a pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos, exatamente como se mostra a situação do ora Representado.

---

<sup>6</sup> De toda forma, obrigado a manter a disciplina, nos termos do § 3º do art. 14 da Lei 6.880/1980.

**5.2.** Ao seu turno, a Constituição da República assenta que o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, por decisão de Tribunal Militar de caráter permanente, em tempo de paz, e que o oficial condenado, na Justiça Comum ou Militar, a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido a tal julgamento. Trata-se, pois, de uma obrigatoriedade imposta pelo Constituinte, no sentido de que oficial, em tais condições, seja submetido a um julgamento pelo Tribunal de Honra, para que esse decida sobre sua (in)dignidade ou (in)compatibilidade para com o oficialato e a perda de seu posto e patente.

**5.3.** Pelo exposto, em razão da prática das condutas acima destacadas e em razão da condenação criminal imposta pelo Supremo Tribunal Federal, na contramão do que se espera de um Oficial das Forças Armadas, o Ministério Público Militar **REPRESENTA** a esse colendo Tribunal para que, com fulcro nos incisos VI e VII do § 3º do art. 142 da Constituição da República Federativa do Brasil, declare o Capitão Reformado do Exército Brasileiro **JAIR MESSIAS BOLSONARO** indigno para o Oficialato e, por conseguinte, condene-o à perda do posto e da patente, com a adoção do procedimento previsto no art. 115 e seguintes do RISTM.

*Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.*